

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS NO SERVIÇO SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

POLÍTICAS PÚBLICAS NO SERVIÇO SOCIAL

DISCIPLINA: ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA
RESUMO A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O QUE É ÉTICA? FUNDAMENTOS DA ÉTICA ÉTICA NA HISTÓRIA ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS
AULA 2 INTRODUÇÃO DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
AULA 3 INTRODUÇÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO
AULA 4 INTRODUÇÃO CONCEITOS DE CIDADANIA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA
AULA 5 INTRODUÇÃO DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE? PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS
AULA 6

INTRODUÇÃO AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS IMIGRANTES E REFUGIADOS POPULAÇÃO LGBT A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981.• CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524.• MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/.

DISCIPLINA: GESTÃO DE POLÍTICA SOCIAL
RESUMO
Nesta disciplina vamos abordar o conceito de gestão social, situando o contexto brasileiro contemporâneo e tendo como marco referencial a Constituição Federal de 1988. Qual é a finalidade da gestão social inserida no âmbito do poder público e seu papel na consolidação dos direitos por meio das políticas sociais. Vamos refletir sobre o que se compreende por necessidades e demandas, inseridas na lógica dos direitos sociais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CONCEITOS DE GESTÃO SOCIAL DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL NECESSIDADES E DEMANDAS SOCIAIS DIMENSÕES DOS DIREITOS A ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA SOCIAL - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AULA 2 INTRODUÇÃO CONDIÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL POLÍTICAS SOCIAIS, CIDADANIA E INDICADORES SOCIAIS DEFINIÇÃO DE INDICADOR SOCIAL, SEU ALCANCE E LIMITES RELEVÂNCIA DOS INDICADORES SOCIAIS
AULA 3 INTRODUÇÃO PROTEÇÃO SOCIAL ATORES ENVOLVIDOS E NOVOS ATORES SOLIDARIEDADE BENEFICENTE E POLÍTICA POLÍTICAS PÚBLICAS E AS GRANDES ÁREAS DE ATUAÇÃO

CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 4

INTRODUÇÃO

SIGNIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (PNPS)

INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

FORMAS E MECANISMOS

DESAFIOS PARA OS GESTORES

AULA 5

INTRODUÇÃO

GESTÃO PATRIMONIAL

GESTÃO TECNOBUROCRÁTICA

GESTÃO GERENCIAL

GESTÃO PARTICIPATIVA SOCIETAL

GESTÃO EM REDE

AULA 6

INTRODUÇÃO

PLANEJAMENTO SOCIAL

GESTÃO MUNICIPAL E PROJETO SOCIAL

TIPOS DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SOCIAIS

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

MARCO REGULATÓRIO DO TERCEIRO SETOR

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira: dados do IRPF 2015/2014. Brasília: Secretaria de Política Econômica, maio de 2016. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-deconteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/distribuicao-renda-eriqueza/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>.
- CARVALHO, M. C. B. de. Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo, Cortez: 2014.
- KAUCHAKJE, S. Gestão pública de serviços sociais. Curitiba, InterSaberes: 2012.

DISCIPLINA:

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

A elaboração, a gestão e a avaliação das políticas públicas são efetuadas por servidores, os quais trataremos como gestores públicos. O objetivo principal do processo de elaboração das políticas públicas é o de atender às demandas de serviços públicos necessários ao bem-estar social de cidadãos que vivem nas cidades. A sociedade brasileira passou e está passando por uma série de transformações na estrutura administrativa das cidades, dos estados e da União. Também podemos citar aqui o processo de democratização política, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da capacidade de escolha e da qualidade no consumo, a liberação dos mercados e as privatizações. Com isso, podemos destacar a gestão pública como sendo o agente de elaboração, formação, planejamento e avaliação das políticas públicas, com implicações diretas à sociedade, com o intuito de discutir as alternativas de políticas públicas para o bem comum da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?
TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO
GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS BUROCRATAS
GRUPOS DE INTERESSE
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
OS INFLUENCIADORES DA SOCIEDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO
AGENDA E ALTERNATIVAS
PROCESSO DECISÓRIO
IMPLEMENTAÇÃO
ACOMPANHAMENTO E EXTINÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
BOA GOVERNANÇA
REDE DE GOVERNANÇA
ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
FORMAÇÃO DOS PLANOS
PRÁTICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
MODELO PRÁTICO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CUIDADOS FUNDAMENTAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
TEMAS DE ATENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18AGO1995.pdf#page=25>.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? In: ENCONTRO NACIONAL DA ECONOMIA DA ANPEC, 18., 1990. Brasília. Anais... Brasília: Anpec, 1990. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>.

DISCIPLINA:
POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
RESUMO
Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL
AULA 2 INTRODUÇÃO A VIOLÊNCIA FÍSICA VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL VIOLÊNCIA SEXUAL
AULA 3 INTRODUÇÃO CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA VIOLÊNCIA URBANA VIOLÊNCIA NO CAMPO VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA
AULA 4 INTRODUÇÃO O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA A POLÍTICA DE SAÚDE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
AULA 5 INTRODUÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONTROLE SOCIAL MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE

SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL

CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.
- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- _____. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

DISCIPLINA:

SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESUMO

O termo "questão social" é muito utilizado no âmbito do Serviço Social, tanto no que diz respeito a bibliografia da profissão quanto no dia a dia da atuação profissional, isso porque a questão social é o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Por isso é muito importante compreender essa temática em todos os seus domínios (acadêmico, atuação técnica, congressos, entre outros). Sendo assim, com base em alguns referenciais teóricos, vamos abordar o conceito da questão social e as primeiras formas de intervenção e enfrentamento dessa expressão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONTEXTUALIZANDO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

A REFORMULAÇÃO DA LEI DOS POBRES

CONCEITOS DE QUESTÃO SOCIAL

A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX

AULA 2

QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS

A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A VINCULAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL

AULA 3

O PERÍODO ESCRAVOCRATA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

HERANÇAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

SERVIÇO SOCIAL E FILANTROPIA

A FILANTROPIA E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL DE 1930 A 1945

A LBA E A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

AULA 4

A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE TERCEIRO SETOR
TERCEIRO SETOR E A NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL
SOBRE A DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO COM A QUESTÃO SOCIAL
A REDUÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL
REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NO SERVIÇO SOCIAL

AULA 5

QUESTÃO SOCIAL: A PARTICULARIDADE NO CAPITALISMO BRASILEIRO
FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O DESEMPREGO
CAPITALISMO MONOPOLISTA E QUESTÃO SOCIAL
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E A QUESTÃO SOCIAL

AULA 6

POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO LIBERAL CLÁSSICA
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA
A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE
QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- PEREIRA, P. A. Política Social: temas e questões. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo. Cortez, 2010.
- IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

RESUMO

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO
ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA

O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?

A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 3

INTRODUÇÃO

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DESENVOLVIMENTO HUMANO

ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

AULA 4

INTRODUÇÃO

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)

CONSELHO TUTELAR: O QUE É

CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA

CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

PODER JUDICIÁRIO

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.

DISCIPLINA:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

RESUMO

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios das organizações da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar? Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CUIDADO COM OS MAIS FRÁGEIS E VULNERÁVEIS
O CUIDADO POR RAZÕES RELIGIOSAS E HUMANITÁRIAS
O CUIDADO POR RAZÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS
O CUIDADO POR INTERESSES ECONÔMICOS
COMO EXERCER O CUIDADO

AULA 2

O VAZIO ASSISTENCIAL
SANITARISMO CAMPANHISTA
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA
O INAMPS
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

AULA 3

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
ESFs RIBEIRINHAS E FLUVIAIS
FINALIZANDO
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS
A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

AULA 4

FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA
NOB 96 – O SUS MUNICIPAL
NOAS: 2002
O PACTO PELA SAÚDE DE 2006
OS TRÊS PILARES DO PACTO

AULA 5

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA
CONTROLE DO HIV/AIDS

AULA 6

O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ
A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- LÍNGUA Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados).
- WAN-DALL JR, O. A. (Estado, cidade e direito de ser) exceção: sobre políticas antidemocracia e o estado de inclusão na cidade residual. Disponível em: www.ppgau.ufba/urbicentros/2012/st243.pdf.
- NASCIMENTO, A. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Discutir políticas sociais para pessoas com deficiência e pessoas idosas faz parte do cotidiano do assistente social nos mais variados espaços de atuação profissional, pois trata-se de uma temática que permeia todos os espaços sociais. Seja em políticas como saúde, assistência social, previdência social e educação, seja em espaços como empresas, judiciário e terceiro setor, as pessoas com deficiência e idosas estão inseridas. Nesse sentido, conhecer esse público – sua realidade, particularidades, conceitos e legislações – é relevante para toda a sociedade, bem como para os profissionais do Serviço Social que trabalham diretamente com essas demandas e devem estar preparados para atender e facilitar o acesso à informação e direitos desse público nos mais variados espaços. Assim, o assistente social busca a compreensão das pessoas idosas e com deficiência em sua integralidade, identificando sua realidade social, cultural, econômica, política e histórica, que impacta diretamente no cotidiano das pessoas e no acesso aos bens, serviços, direitos etc. Não podemos categorizar esse público com base em apenas um viés ou uma definição unilateral, mas compreender que aspectos como os econômicos e os sociais impactam diretamente na vida dessas pessoas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POR QUE DISCUTIR PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA?
COMPREENDENDO A REALIDADE BRASILEIRA
CONCEITUANDO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CONCEITUANDO PESSOA IDOSA
CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS
TRANSPONDO AS BARREIRAS DO PRECONCEITO
O IMPACTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO E RELAÇÕES SOCIAIS
PROTEÇÃO SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL
AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 3

A ACESSIBILIDADE
AUTONOMIA
INCLUSÃO SOCIAL
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 4

O ENVELHECIMENTO NO BRASIL
TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO DE PESSOA IDOSA
A DESIGUALDADE SOCIAL E O ENVELHECIMENTO
HISTÓRICO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO IDOSO
PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS

AULA 5

DIREITOS HUMANOS DO IDOSO
POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO
ESTATUTO DO IDOSO
POLÍTICAS SOCIAIS E O IDOSO
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

AULA 6

DIVERSIDADE: PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA
SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DO IDOSO
ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

BIBLIOGRAFIAS

- NOGUEIRA, C. A. G; FORTE, S. H. A. C. Efeitos interssetoriais e transversais e seus impactos sobre a efetividade das políticas públicas nos municípios do Ceará. Rev. Adm. Pública, n. 53, v. 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/RGv9GJ6Wnb5CdKGsbpn3PcM/?lang=pt#>.
- BGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>.

DISCIPLINA:

SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE - SAÚDE

RESUMO

Nesta disciplina iremos abordar: História das políticas de saúde no Brasil a partir da década de 1930; principais características da atenção à saúde no país; as formas de organização do Estado frente às necessidades de saúde da população; a saúde no regime militar; abertura democrática e a emergência do movimento sanitário brasileiro; ofensiva do ajuste neoliberal na saúde; conjuntura de surgimento do Serviço Social e vinculação com a saúde em diferentes contextos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATENÇÃO À POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: 1930 A 1964
SAÚDE NO REGIME MILITAR
ANOS 1980 E O MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA
ANOS 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI
SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SAÚDE

AULA 2

SUS - DEFINIÇÕES
CAMPOS DE ATUAÇÃO DO SUS
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUS
SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO SUS

AULA 3

O ESTADO E A DIMENSÃO POLÍTICA NO CAMPO DA SAÚDE
SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO NA PRODUÇÃO DA SAÚDE
RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NOS SISTEMAS DE SAÚDE
ESTADO, SOCIEDADE E O CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE

AULA 4

ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DO TRABALHO NO SUS
ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
ASSISTENTE SOCIAL - TRABALHADOR DA SAÚDE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA SAÚDE
SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

AULA 5

PRÁTICA NA SAÚDE E O ASSISTENTE SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL E A INTEGRALIDADE EM SAÚDE
EIXOS DE INSERÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
NÚCLEOS DE OBJETIVAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL
SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE

AULA 6

PLANEJAMENTO NA AÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA SAÚDE
ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE
PROCESSOS DO PLANEJAMENTO E A DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO PLANEJAMENTO EM SAÚDE
INDICADORES E RESULTADOS NA SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, dez. 2013.
- BRAVO, M.I.S. Política de Saúde no Brasil. IN: MOTA, A. E. (ORG.), BRAVO, M.I.S. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. IN: MOTA, A. E. (org.) et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

DISCIPLINA:

DIREITOS EDUCACIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RESUMO

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989

CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS

PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO

DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

AULA 3

INTRODUÇÃO

A DOCTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES

PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE

PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE
OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE

AULA 5

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE
ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE
AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA
A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA
DE DIREITOS
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>.
- BRASIL. Portal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Conanda. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>.
- COELHO, B. F. Art. 4º da lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Análise crítica e soluções para a efetiva aplicabilidade dos preceitos normativos. Âmbito jurídico, Rio Grande, v. 13, n. 82, nov. 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8770.

DISCIPLINA:

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por

meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD

OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM

PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE "GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE": COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Proteção de Dados Pessoais. UFSC, S.d. Disponível em: <https://lgpd.ufsc.br/duvidas-frequentes/>.
- O IMPACTO da LGPD nos negócios – LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Gov.br, S.d. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/legpd/empresa/o-impacto-lgpd-nos-negocios>.

DISCIPLINA:

REGULAMENTAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

RESUMO

Tanto a ética quanto a moral são construções históricas e que foram, ao longo de nossa história, compreendidas de forma diferente, perpassando sobre elas questões religiosas, econômicas, tipos de Estado e tantos outros fatores que influenciaram e influenciam ainda a noção de ética e moral, assim como do que é ético e do que é moral na sociedade. Compreender como essas noções foram se moldando ao longo do tempo é fundamental para termos uma posição crítica acerca da questão ética nos dias de hoje. Jamais podemos afirmar que o que está no senso comum é algo que não tem valor ou que não é verdadeiro, pois ele surge da cultura e das relações sociais e nele estão contidos valiosos saberes populares que não podem ser desconsiderados. Porém, para pensar a ética e a ética profissional é necessário ultrapassar o senso comum, tendo uma atitude filosófica. Marilena Chauí (2000) afirma que ter atitude filosófica é ter uma atitude crítica sobre o mundo, é construir um saber teórico, crítico, desmistificador e criativo, diferentemente do senso comum. É não se contentar com o que está aparente e procurar a essência das coisas. Essa atitude é fundamental para que o profissional tenha discernimento durante a sua atuação, para escolher o caminho da ética vigente dentro da profissão e tomar as decisões pautadas nos princípios que norteiam o projeto ético-político dos assistentes sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE UM

NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE DOIS

QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE UM

QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE DOIS

FORMAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL E ÉTICA NAS PROFISSÕES

AULA 2

ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

LIBERDADE E PRÁXIS: O ETHOS BURGUEÊS E O ETHOS REVOLUCIONÁRIO

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL (repetido)

BASES HISTÓRICAS E CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

AULA 3

PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS

O QUE É UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO?

DEONTOLOGIA E TELEOLOGIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
VALORES NUCLEARES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO LIBERAL

AULA 4

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL
CONJUNTO CFESS/CRESS: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A)
ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 1)
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A)
ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 2)
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: DISPOSIÇÕES
GERAIS

AULA 5

DIREITOS GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS
DEVERES E VEDAÇÕES GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 1)
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 2)
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 3)

AULA 6

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: A QUESTÃO DO
SIGILO PROFISSIONAL
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: PENALIDADES E
DISPOSIÇÕES FINAIS
OUTRAS NORMATIVAS DO CONJUNTO CRESS/CFESS
A RELATIVA AUTONOMIA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL
DILEMAS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.
- NETTO, J. P. Crise, socialismo e democracia. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.